

## Proposta do Orçamento do Estado para 2011

A 15 de Outubro de 2010, o Governo entregou à Assembleia da República a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011.

A actual Proposta tem como principal objectivo o reforço e a intensificação da consolidação orçamental, a fim de cumprir as metas das finanças públicas, de restabelecer rapidamente a confiança dos mercados financeiros para garantir o financiamento da economia, e a promoção da competitividade como forma de evitar a estagnação da economia e o agravamento do desemprego.

Num contexto de forte instabilidade nos mercados financeiros, agravada em Março pela crise orçamental grega, que se estendeu a outros países com maior vulnerabilidade em matéria de finanças públicas, como é o caso de Portugal, e em Setembro pelo resgate do Anglo Irish Bank, com impacto no aumento do risco de dívida soberanas via aumento dos custos e acesso aos financiamentos bancários, impunha-se uma resposta rápida e determinada.

Assim, e na sequência do objectivo traçado em Julho, aquando da apresentação do Relatório de Orientação da Política Orçamental, de se atingir um défice orçamental de 7,3% do PIB este ano e de 4,6% em 2011, foi necessário antecipar a entrada em vigor de medidas preconizadas anteriormente e anunciar um conjunto de novas medidas, algumas com aplicação imediata.

Deste modo, foram consideradas medidas do lado da despesa e do lado da receita, cujo impacto se estima em 2,2% e 1,2% do PIB, respectivamente. Do lado da despesa, as medidas apresentadas incidirão principalmente na redução da despesa corrente primária - despesas com pessoal na Administração Pública, prestações sociais (incluindo saúde), consumo intermédio - e, em menor grau, no investimento e outras despesas de capital. Do lado da receita, as medidas propostas visam diminuir a despesa fiscal e aumentar a receita fiscal (principalmente através da passagem da taxa normal do IVA de 21% para 23%) e contributiva (com o aumento de 1p.p. na taxa contributiva dos subscritores para a Caixa Geral de Aposentações).

### Quadro 1. Principais Medidas de Consolidação Orçamental

	Impacto % PIB
<b>Redução da despesa</b>	<b>2,2</b>
Redução das despesas de funcionamento do Estado	0,8
Redução das despesas com prestações sociais (Segurança Social e ADSE)	0,6
Redução das despesas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde	0,3
Redução das transferências do Estado para outros sub-setores da Administração	0,2
Redução das despesas no âmbito do PIDDAC	0,2
Outras medidas de redução de despesa	0,1
<b>Aumento da receita</b>	<b>1,2</b>
Redução da despesa fiscal	0,4
Aumento da receita fiscal	0,6
Aumento da receita contributiva	0,2

Fonte: Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para 2011, Outubro 2010, MFAP.

A redução do défice orçamental de 2,7 p.p. em percentagem do PIB, entre 2010 e 2011, será obtida através da diminuição da despesa pública em 3,5 p.p. do PIB, mais que compensando a diminuição prevista da receita total em 0,8 p.p. O saldo primário evoluirá igualmente no mesmo sentido, diminuindo 3,4 p.p., para se situar em -1,0% do PIB em 2011.

**Quadro 2. Conta das Administrações Públicas, 2009-2011**Óptica da contabilidade nacional  
(% do PIB)

	2009	2010e	2011p
Receita total	38,9	41,6	40,8
Receita fiscal e contributiva	30,8	31,2	32,1
Despesa total	48,2	48,9	45,4
Despesa corrente primária	41,8	42,9	39,5
Despesa primária	45,4	46	41,8
Saldo global	-9,3	-7,3	-4,6
Saldo corrente primário	-3,6	-3,8	0,2
Saldo primário	-6,5	-4,4	-1,0
Saldo estrutural (a)	-8,3	-7,7	-3,6
Saldo primário estrutural (a)	-5,5	-4,8	0,0
Investimento (FBCF)	2,4	2,5	2,2
Dívida pública	76,1	82,1	86,6

Notas: (e) estimativa; (p) previsão; (a) saldo corrigido dos efeitos cíclicos e de operações extraordinárias.

Fonte: Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para 2011, Outubro 2010, MFAP.

Prevê-se que o saldo estrutural, corrigido dos efeitos cíclicos e de medidas extraordinárias, nomeadamente da transferência dos planos de pensões para o Estado e de operações excepcionais de despesa de aquisição de material militar, apresente uma melhoria de 4,1 p.p. em termos do PIB, para -3.6% do PIB em 2011. Nesse ano, o saldo primário estrutural registará uma melhoria de 4,8 p.p., para um valor nulo.

As projecções macroeconómicas apresentadas têm em conta o aumento da incerteza quanto às perspectivas de continuação da retoma económica mundial e os custos de financiamento mais elevados. Deste modo, prevê-se para 2011 uma desaceleração da procura externa relevante para Portugal, uma subida das taxas de juro de curto prazo, um aumento ligeiro do preço do petróleo, a depreciação do euro face ao dólar e o aumento da taxa de inflação na área do euro.

**Quadro 3. Enquadramento Internacional**

	2010e	2011p
Taxa de juro a curto prazo (Euribor a 3meses, %)	0,8	1,1
Preço spot do petróleo Brent (dólares por barril)	76,2	78,8
Taxa de câmbio (USD/EUR)	1,3	1,2
Taxa de inflação na área do euro (IHPC, em %)	1,6	1,7
PIB na área do euro (taxa de variação em volume, %)	1,7	1,5
Procura externa revelante para Portugal (bens, taxa de variação, %)	6,0	3,2

Notas: (e) estimativa; (p) previsão.

Fonte: Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para 2011, Outubro 2010, MFAP.

Assim, a actual proposta de Orçamento tem subjacente um cenário macroeconómico que prevê um crescimento da economia portuguesa de 1,3%, em 2010, abrandando para 0,2%, em 2011. O principal motor da economia em 2011 será as exportações, com um crescimento de 7,3.

**Quadro 4. Indicadores Macroeconómicos**

Taxa de variação homóloga (%)

	2009	2010e	2011p
PIB	-2,6	1,3	0,2
Procura Interna	-3,1	1,2	-2,5
Consumo privado	-1,0	2,0	-0,5
Consumo público	3,0	1,9	-8,8
Investimento (FBCF)	-11,9	-2,0	-2,7
Exportações	-11,8	8,6	7,3
Importações	-10,8	6,7	-1,7
Taxa de inflação (IPC)	-0,8	1,3	2,2
Taxa de desemprego	9,5	10,6	10,8
Emprego total	-2,8	-1,4	-0,4

Notas: (e) estimativa; (p) previsão; os valores para o PIB e respectivas componentes correspondem a variações em volume.

Fonte: Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para 2011, Outubro 2010, MFAP.

A actividade económica em 2010 e 2011 terá reflexos no mercado de trabalho e na evolução interna dos preços. Assim, perspectiva-se uma taxa de desemprego de 10,8% em 2011 e um aumento dos preços no consumidor para 2,2% (1,3% em 2010).